RECLAMAÇÃO 85.535 PARÁ

RELATOR : MIN. FLÁVIO DINO
RECLTE.(S) : VICTOR CORREA CASSIANO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARILDA DE PAULA SILVEIRA E OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S) : RELATOR DO AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 0600527-28.2024.6.14.0012 E 0600531-65.2024.6.14.0012 DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

DECISÃO

Trata-se de reclamação ajuizada por Victor Correa Cassiano e Ênio de Carvalho contra decisão proferida pelo Ministro Relator dos Agravos Em Recurso Especial Eleitoral Nº 0600527-28.2024.6.14.0012 e 0600531-65.2024.6.14.0012 do Tribunal Superior Eleitoral. A decisão negou provimento aos agravos em recurso especial para manter o acórdão do TRE-PA, que condenou os reclamantes em sede de ação de investigação judicial eleitoral (AIJE).

Os reclamantes narram que *“Em afronta à decisão da ADI 1082, TSE e TRE condenaram o réu que havia sido absolvido em julgamento antecipado, e lhe negaram pedido de devolução dos autos à origem para que o juiz a quo pudesse deliberar sobre a instrução do processo, com fundamento no art. 23 da LC 64/90”*.

Relatam que *“o juiz a quo julgou o feito **antecipado** e concluiu pela total improcedência da AIJE adotando pressuposto [equivocado, é verdade] de que condutas vedadas exigem finalidade eleitoral. O TRE-PA, reformando a sentença, alterou o pressuposto [afastando a necessidade de finalidade eleitoral] contudo, ignorou que o julgamento havia sido **antecipado** e condenou o réu **sem devolver o feito para instrução processual**”*.

Afirmam que *“A ação, então, acabou julgada **unicamente a partir dos***

quadros descritivos elaborados pelo Autor na petição inicial, quais sejam: supostos gastos excessivos com a contratação de pessoal. Os documentos públicos juntados pelo réu em seus embargos de declaração foram ignorados e o pedido de retorno dos autos para que fosse oficiado ao poder público, também. Tudo isso, embora também tenha sido demonstrado pelo ora autor, com clareza solar, em embargos, que os contratados pelo Município não se alteraram no curso do processo eleitoral”.

Argumentam que “A decisão reclamada *não apenas impediu que o autor produzisse a prova, mas também impediu que o juízo de exercesse a prerrogativa que lhe é atribuída pelo art. 23 da LC 64/90. Ao alterar o pressuposto da decisão – desnecessidade da finalidade eleitoral – caberia ao TRE e/ou ao TSE devolver os autos à origem para que o juízo deliberasse a respeito da prova [das partes e do próprio juízo]. Mas, não foi o que ocorreu: TSE e TRE mantiveram o julgamento antecipado, mesmo com a modificação do pressuposto da decisão, ao mesmo tempo e que reverteram o resultado de absolutório para condenatório. Revisitaram a prova, sem instrução probatória, para condenar o autor da presente reclamação (réu na AIJE)”.*

Os reclamantes sustentam que, ao julgar a ADI 1082, o STF decidiu, com efeito vinculante, que “[o] Juiz eleitoral tem dever funcional de suprir eventuais omissões probatórias para proteger a soberania popular”. Alegam que a condenação imposta pela Justiça Eleitoral viola a autoridade do referido precedente.

Com base nesses fundamentos, os reclamantes pedem que:

“(i) Seja concedida a medida liminar pleiteada, inaudita altera pars, para que sejam imediatamente suspensos os efeitos da decisão reclamação, uma vez evidenciado que a decisão reclamada não apenas se distancia da ratio decidendi fixada na ADI 1082, como a esvazia em seu núcleo essencial, ao expungir

do ordenamento a imposição constitucionalmente reconhecida de que o magistrado eleitoral exerça um poder-dever instrutório em defesa da soberania popular.

(...)

(iv) No mérito, requer-se a procedência do pedido para confirmar o descumprimento da decisão desta Suprema Corte na ADI 1082 quanto à imposição de um poder-dever ao magistrado eleitoral em busca da verdade real de modo que exerça um poder-dever instrutório em defesa da soberania popular, por aplicação do disposto no artigo 23 da LC 64/90.”

É o relatório. Passo à análise do pedido de tutela de urgência.

Na origem, trata-se de duas ações de investigação judicial eleitoral (AIJE) ajuizadas contra VICTOR CORREA CASSIANO e ENIO DE CARVALHO, candidatos a prefeito (reeleição) e vice-prefeito em Cametá, na eleição municipal de de 2024, por suposta prática de abuso do poder econômico, político e de autoridade.

O Juiz Eleitoral da 12ª Zona Eleitoral, em decisão interlocutória, dispensou a instrução processual sob o fundamento de que a matéria é exclusivamente de direito (eDoc. 6 - fls. 445/447):

“O autor da ação requer a oitiva dos investigados e da atual Secretária de Administração, Jamile Tenório Castro.

Não obstante, analisando detidamente o cerne da controvérsia debatida nos presentes autos, vislumbra-se que os fatos alegados são passíveis de comprovação por prova documental, possibilitando, pois, o seu pleno conhecimento, e reputando-se dispensável a produção de novas provas.”

Em suma, o feito se encontra regularmente instruído e

maduro, justificando, por conseguinte, o seu julgamento antecipado, em consonância com o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil:

Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; [...]

Acerca da aplicação do citado dispositivo na seara eleitoral, posiciona-se o reconhecido e festejado jurista José Jairo Gomes (2020, p. 900-901), verbis: Em tese, não há impedimento ao julgamento antecipado do mérito na ação em apreço. Por esse instituto, deverá o juiz conhecer diretamente do pedido, proferindo sentença com resolução do mérito, quando não houver necessidade de outras provas (CPC, art. 355, I). Antes, porém, deve ser ouvido o Ministério Público, que funciona no processo como fiscal da ordem jurídica. (negrito nosso)

A mesma compreensão do tema detém Francisco Dirceu Barros (2020, p.460):

Entendo que, em atendimento ao princípio da celeridade dos efeitos (.sic) eleitorais, é plenamente possível o julgamento antecipado da lide em uma única hipótese, quando não houver necessidade de produção de outras provas (artigo 355 do CPC).

(...)

Ante o exposto, INDEFIRO a produção da prova testemunhal requerida pelo autor da ação, JOSÉ DOMINGOS FERNANDES BARRA, bem como DISPENSO a realização de audiência de instrução, por trata-se apenas de matéria de direito, não ensejando dilação probatória pelos fundamentos acima elencados.”

O Ministério Público Eleitoral de 1º grau se manifestou pela **improcedência** dos pedidos (eDoc. 6 - fls. 451/455):

“(…) os fatos apontados na exordial são fracos e de **comprovação fática precária**, tendo em vista que o autor não demonstrou que a conduta abusiva praticada (contratações de servidores por meio de prestação de serviços) tenha interferido na igualdade do pleito, comprometendo a higidez da disputa eleitoral, não afigurando suficiente para provar o ilícito imputado.

Por outro lado, ressalta-se que como meio de prova, para além das juntadas com a exordial, o autor apenas indicou a oitiva da Secretaria Municipal de Administração em audiência de instrução e julgamento, **não produzindo nenhuma outra prova ainda que testemunhal capaz de indicar a suposta troca de cargos por voto**, ou mesmo coação de servidores por parte dos investigados.

Desta forma, com base no **conjunto probatório frágil e insuficiente** produzido pelo autor não é possível verificar ofensa à lisura e normalidade do pleito municipal de 2024 ou violação da isonomia eleitoral.

(…)

Ressalta-se ainda, que trata-se de uma AIJE que tem por pano de fundo o abuso do poder econômico e político, que segundo o autor José Domingos Fernandes Barra, as contratações realizadas pelo investigado VICTOR CORREA CASSAINO tiveram o propósito de cooptar votos ou obter apoio político dos contratados e seus familiares, ou seja, fato que não provado em nenhum dos elementos de provas trazidos aos autos.

Ainda que as contratações excessivas de servidores temporários possam representar alguma irregularidade, as mesmas poderão ser investigadas no âmbito da improbidade administrativa, contudo, os autos carecem de comprovação de

abuso de poder político e econômico pela falta de liame eleitoral.

(...)

Ante o exposto, com base no art. 487, I do CPC, o MPE manifesta-se pela total **improcedência** da ação por falta de provas de qualquer ato de abuso de poder econômico ou político praticados pelos investigados. “

Na linha do parecer ministerial, o Juiz Eleitoral da 12ª Zona Eleitoral julgou o pedido improcedente, **de forma antecipada**, nos seguintes termos (eDoc. 6 - fls. 486-492):

“Em despacho de Id nº 123611677, este Juízo Eleitoral determinou a citação dos investigados para apresentarem defesa.

Devidamente citados, os investigados apresentaram contestação em Id nº 123662197, requerendo a improcedência da demanda, visto que o autor da ação expõe nos autos meras presunções, sem apresentar provas.

Em decisão Id nº 123785454, **este Juízo Eleitoral entendeu tratar-se de matéria de direito**, sendo desnecessária a oitiva da testemunha arrolada pelo autor, **dispensando a realização de audiência de instrução**, decidindo pelo **julgamento antecipado** do feito.

Instado a se manifestar, a Representante do **Ministério Público Eleitoral** pugna pela improcedência da ação, por **falta de provas** do abuso de poder econômico ou político pela falta de liame eleitoral.

(...)

O fato posto a exame é a existência de prova do exigido liame eleitoral, à necessidade/essencialidade das contratações

efetuadas, gravidade da conduta e se comprometida a igualdade da disputa e a legitimidade do pleito em benefício dos então candidatos investigados.

(...)

Analisando os documentos coligidos aos autos, conclui-se que **não há provas suficientes acerca da contratação de servidores tenham sido para fins de cooptar votos**, de modo a atrair a aplicação da sanção decorrente da prática da conduta vedada descrita no artigo supracitado.

Destaca-se que, conforme entendimento firmado pelo c. Tribunal Superior Eleitoral, "é possível a caracterização de abuso de poder político na hipótese de contratação temporária de servidores em ano eleitoral fora do período vedado previsto no art. 73, V, da Lei nº 9.504/97 (REspe nº 1522-10/MG, Rel. Min. Henrique Neves DJE de 4/12/2015; AgR-AC nº 72-90/RJ, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJE de 3/8/2016)."

Nesse prisma, para a procedência da AIJE por abuso de poder, é mister a prova do desvio de finalidade nas contratações temporárias de servidores, bem como da gravidade das circunstâncias do ato abusivo capaz de abalar a legitimidade e normalidade do pleito.

Logo, verificada a **ausência de elementos probatórios** suficientes para comprovar que as contratações impugnadas tenham ocorrido em desvio de finalidade, com aptidão para comprometer a legitimidade do pleito, não há que se falar na configuração de abuso de poder imputado aos investigados.

Destaca-se a inexistência, nos autos, de provas acerca da ocorrência de pedido de voto ou apoio político em prol dos candidatos investigados. Outrossim, **não há provas de eventual promessa de renovação contratual após o ano de 2024**, na hipótese de vitória da chapa majoritária investigada, **tampouco da efetiva obtenção de qualquer benefício eleitoral decorrente**

das contratações.

Como bem ressaltado pelo Ministério Público Eleitoral, "ainda que as contratações excessivas de servidores temporários possam representar alguma irregularidade, as mesmas poderão ser investigadas no âmbito da improbidade administrativa, contudo, os autos carecem de comprovação de abuso de poder político e econômico pela falta de liame eleitoral""

(...)

Cediço que na AIJE deve haver prova robusta, segura e inconteste da prática do abuso de poder, com gravidade suficiente para afetar a legitimidade do pleito, devendo ser comprovado, e não presumido, o liame eleitoral. Isso em razão das sérias consequências que podem ensejar ações desta natureza, como a cassação dos investigados. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação pelos motivos apontados na fundamentação acima."

O autor da AIJE interpôs recurso eleitoral contra a sentença (eDoc. 495).

A **Procuradoria Regional Eleitoral do Pará** apresentou parecer no sentido do **desprovimento do recurso eleitoral** para manter a sentença de improcedência (eDoc. 527-533):

"No mérito, necessário se manter a sentença do Juízo Zonal pelos seus próprios fundamentos.

A presente análise versa sobre o ingresso de pessoas na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cametá, e conseqüentemente as despesas mensais com esta modalidade de recrutamento de pessoas (prestador de serviço), causou um violento impacto ao erário público, por meio de Processo de Dispensa de Licitação nº 628/2021.

A questão central a ser dirimida refere-se à existência de abuso de poder, configurado pela prática de atos que comprometam a legitimidade e a normalidade do pleito eleitoral, gerando desequilíbrio na disputa e favorecendo a candidatura de terceiros.

Nesse sentido, é essencial que se examine, à luz dos fatos apresentados, se houve, de fato, uma conduta abusiva que tenha impactado a igualdade do pleito, comprometa sua legitimidade e altere os resultados de forma concreta e relevante.

De acordo com a jurisprudência, o abuso de poder político, conforme exposto no artigo 22 da Lei Complementar nº 64/90, ocorre quando um agente público, valendo-se de sua posição e em claro desvio de finalidade, utiliza sua autoridade para prejudicar a igualdade de condições entre os candidatos, beneficiando sua própria candidatura ou a de terceiros.

A interpretação dessa norma exige que se comprove a gravidade da conduta, com a consequente demonstração de que a prática comprometeu a normalidade e a legitimidade do pleito, sendo favorecedora de um determinado grupo político.

Contudo, a análise da ocorrência de abuso de poder não deve ser feita de maneira superficial, mas sim com base em provas robustas que evidenciem o impacto real da conduta na disputa eleitoral.

Neste contexto, é importante ressaltar que, para que se configure o abuso de poder, é necessário que se analisem dois aspectos simultâneos: (1) a gravidade da conduta e a (2) finalidade eleitoral.

A gravidade, por sua vez, deve ser tal que consiga afetar a legitimidade do pleito e comprometer a normalidade da eleição. Por conseguinte, não é suficiente apenas alegar que houve a contratação excessiva de servidores temporários; é necessário

demonstrar que essa prática teve um impacto substancial no processo eleitoral e alterou a decisão do eleitor de forma inequívoca.

O artigo 73, inciso V, da Lei nº 9.504/97, estabelece uma vedação expressa à contratação de servidores temporários no período eleitoral, com o intuito de evitar que haja influência indevida nas eleições por meio da criação de cargos temporários com vistas ao favorecimento de candidatos:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados: (...)

Dito isto, de acordo com informações extraídas do sítio eletrônico oficial do Município de Cametá/PA, confirmado pelo Censo de 2022 do IBGE, possui uma **população de 134.100 habitantes e 102.910 eleitores**, sendo que **no ano eleitoral de 2024 foram contratados 1.204 temporários até julho de 2024** com vínculo de trabalho precário, em que o empregador público pode dispensar/exonerar/demitir/distratar por não ter as garantias funcionais do vínculo efetivo conferido pelo concurso público ou até mesmo por um processo seletivo simplificado.

O prefeito Victor Cassiano foi **reeleito com 49.987 votos** enquanto o segundo colocado, candidato Pompeu, obteve 27.986 votos, dando uma diferença de 22.001 votos entre o vencedor e o vencido; de maneira que ainda que considerássemos para fins de análise, que todos os servidores

temporários votassem em Victor Cassiano, estes votos não alterariam o resultado do pleito eleitoral municipal de Cametá/Pa na eleição de 2024.

A jurisprudência também nos orienta que o abuso de poder não pode ser presumido. Para sua configuração, é **indispensável que haja prova concreta** de que a conduta teve efeitos reais sobre o pleito eleitoral.

A simples alegação de que houve contratações excessivas de servidores temporários não é suficiente para configurar o abuso de poder. **Deve-se apresentar provas** que mostrem, de forma clara, como essas contratações interferiram no equilíbrio da disputa eleitoral, comprometendo a igualdade de chances entre os candidatos. Caso contrário, não é possível reconhecer a ocorrência de abuso de poder, já que tal prática exige um exame detalhado das circunstâncias do caso e a demonstração de sua gravidade.

Além disso, **não foram apresentadas outras provas testemunhais ou documentais** que evidenciassem a troca de cargos por votos ou qualquer forma de coação por parte dos investigados. A **ausência de provas robustas** enfraquece a tese acusatória, tornando-a insuficiente para comprovar a existência do ilícito eleitoral.

(...)

In casu, não há nos autos, ao menos indícios de pedidos de votos, ou quaisquer outro elemento que indique a realização de condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos.

Ainda que tais fatos possam indicar possível responsabilização cível, administrativa ou até mesmo penal, não configuram no presente caso, por ausência de prova, ilícito eleitoral. No caso em análise, a ausência desse liame entre os atos praticados e o pleito eleitoral, aliada à **fragilidade das**

provas apresentadas, inviabiliza a configuração do abuso de poder.

Assim, a acusação não encontra respaldo suficiente para sustentar a alegação de que houve violação à lisura do pleito, resultando na impossibilidade de afastar a normalidade e a legitimidade do processo eleitoral de 2024. Conseqüentemente, imperiosa a manutenção da sentença em seu inteiro teor.

3. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, a Procuradoria Regional Eleitoral se manifesta pelo **desprovemento recursal** para a **manutenção da sentença de improcedência da AIJE.**”

No TRE-PA, o Juiz Relator do recurso apresentou voto no sentido de confirmar a sentença de improcedência (eDoc. 6 - fls. 549/566):

“A controvérsia jurídica reside em verificar se ocorreu a contratação irregular de servidores temporários e, em caso afirmativo, se tais contratações tiveram o objetivo de influenciar no resultado das eleições, verificando se houve repercussão da conduta na esfera eleitoral. Desde logo, assevera-se que a manutenção da sentença é medida que se impõe.

(...)

Analisando os documentos coligidos aos autos com a inicial, quais sejam: uma relação de pessoas (id 21738757), bem como prints do site da transparência ids 21738758 a 21738794, conclui-se que não há provas suficientes acerca de que a contratação de servidores tenha sido para fins de cooptar votos, de modo a atrair a aplicação da sanção decorrente da prática da conduta vedada descrita no artigo supracitado.

Por mais, é importante salientar que a peça inicial e

recursal foram ineficazes em correlacionar os documentos comprobatórios com a acusação formulada, haja vista que, embora os autos restringem o aumento no número de contratações, os recorrentes não elucidaram de forma clara e objetiva como tal ação teria influenciado o pleito eleitoral.

Além disso, não fora realizado **nenhum detalhamento** que identificassem os indivíduos que, supostamente, teriam sido contratados com a finalidade de alterar o equilíbrio da disputa eleitoral, o que fragiliza substancialmente a tese acusatória e compromete a demonstração de eventual dolo ou intuito político.

Desse modo, a principal narrativa dos recorrentes é a alegação de que, o então Prefeito de Cametá e candidato à reeleição, avolumou a folha de pagamento do município contratando servidores para a Secretaria Municipal de Saúde.

(...)

Caso contrário, não é possível reconhecer a ocorrência de abuso de poder, já que tal prática exige um **exame detalhado das circunstâncias** do caso e a demonstração de sua gravidade.

Desse modo, **o recorrente não trouxe provas concretas** de que as contratações impactaram a igualdade entre os candidatos. O simples fato de haver aumento na folha de pagamento municipal não caracteriza, por si só, abuso de poder.

(...)

No presente caso, embora tenha sido alegada a contratação excessiva de servidores temporários como meio de influenciar o resultado das eleições, a análise dos autos demonstra a **ausência de provas robustas** que evidenciem a prática de coação ou troca de cargos por votos.

(...)

Portanto, a manutenção da sentença do juízo zonal é a medida que se impõe.”

O voto do Juiz Eleitoral Relator foi acompanhado pelo Juiz Tiago Nasser Sefer, conforme certidão de julgamento (eDoc. 6 - fl. 546).

Porém, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará, **por maioria, deu provimento** ao recurso eleitoral para julgar procedente o pedido da AIJE. Transcrevo a ementa do julgado (eDoc. 541-670):

“DIREITO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2024. RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO. CONTRATAÇÃO EXCESSIVA E IRREGULAR DE TEMPORÁRIOS EM ANO ELEITORAL. CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS POR DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA ATIVIDADES ORDINÁRIAS. GRAVIDADE DA CONDUTA COMPROVADA NOS ASPECTOS QUALITATIVO E QUANTITATIVO. CASSAÇÃO DE DIPLOMAS. INELEGIBILIDADE DO PREFEITO. REALIZAÇÃO DE NOVAS ELEIÇÕES. CUMPRIMENTO IMEDIATO DA DECISÃO.

I. CASO EM EXAME

1. O recurso eleitoral foi interposto em face da sentença do Juízo da 12ª Zona Eleitoral de Cametá/PA, que julgou improcedente ação de investigação judicial eleitoral ajuizada para apurar abuso de poder político e econômico nas eleições municipais de 2024.

2. A inicial afirma que os investigados, prefeito e vice-prefeito reeleitos, realizaram a contratação excessiva de servidores temporários sem necessidade de excepcional interesse público, além da contratação direta de mais de mil

pessoas físicas por dispensa de licitação para serviços ordinários.

3. A sentença entendeu pela inexistência de prova robusta de desvio de finalidade, pedido de voto ou promessa de manutenção contratual.

4. O relator do feito nesta instância recursal votou pelo desprovimento do recurso, sob o argumento de ausência de provas de impacto no equilíbrio da disputa eleitoral. Porém, seguindo entendimento inaugurado em voto vista divergente, concluiu-se, por maioria, como configurado o abuso de poder político entrelaçado com abuso de poder econômico, diante da magnitude das contratações irregulares e da ausência de justificativa plausível tanto para o aumento da folha de servidores temporários quanto da contratação direta de pessoas físicas para o desempenho de atividades ordinárias de interesse da Administração Pública, propondo a cassação dos diplomas e a aplicação da sanção de inelegibilidade ao prefeito.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

5. Há três questões em discussão: (i) definir se as contratações massivas de pessoal temporário e por dispensa de licitação em ano eleitoral, sem justificativa plausível no presente caso, configuram abuso de poder político e econômico; (ii) mensurar se a gravidade de tais práticas justificam a cassação dos diplomas e a decretação de inelegibilidade; (iii) identificar em quais aspectos o caso ora analisado se distingue de outros precedentes da corte eleitoral paraense quanto à contratação excessiva de pessoal em ano eleitoral.

III. RAZÕES DE DECIDIR

6. A jurisprudência consolidada do TSE reconhece o abuso de poder político na contratação excessiva e injustificada de servidores temporários em ano eleitoral, especialmente quando

desvinculada de lei autorizativa e sem respaldo em necessidade excepcional (REspEI nº 060019795/AL; AgR-REspEI 389-73/RN).

7. Também se reconhece que contratações ilegais massivas e com expressiva repercussão no contexto do pleito caracterizam o abuso de poder econômico, quando envolvem valores que superam em muito os limites legais de campanha (REspEI nº 1-42.2017.6.05.0195).

8. Embora não caiba a esta Justiça especializada o controle da legalidade de cada contratação individualmente considerada, a demonstração de que as contratações ocorreram à margem da legalidade administrativa assume papel central na caracterização do ilícito eleitoral, especialmente no exame da gravidade da conduta sob o aspecto qualitativo. Isso porque se as contratações estivessem lastreadas em fundamento legal específico, respaldadas por lei autorizativa, precedidas de processo administrativo regular e motivadas por necessidade temporária de excepcional interesse público, o gestor público apenas teria cumprido o dever constitucional e legal de prover os serviços essenciais à população. Em tal cenário, o volume das contratações, por si só, não ensejaria reprimenda eleitoral, pois estaria ausente o desvio de finalidade característico do abuso de poder político.

9. No presente caso, da análise das provas, a Corte considerou incontroverso que: a) Em julho de 2023, havia 997 servidores temporários em Cametá; b) Em julho de 2024, esse número saltou para 2.327, o que corresponde a um aumento de mais de 130% de contratações em ano eleitoral; c) em julho de 2023, a folha de pessoal de Cametá era de R\$ 2.433.645,35 (dois milhões, quatrocentos e trinta e três mil, seiscientos e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos); d) em julho de 2024, a folha de pessoal saltou para R\$ 5.732.450,26 (cinco milhões, setecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos); e) em 2024, o Município de Cametá

emitiu mais de 9 mil notas de empenho para 1.037 pessoas físicas, contratadas de forma direta, por dispensa de licitação, para prestar serviços de natureza ordinária, como agentes administrativos, auxiliares de limpeza e técnicos de enfermagem; **f) quanto à contratação de servidores temporários, os investigados não juntaram a lei que as autorizou, nem os processos administrativos que deram origem às contratações, nem os atos administrativos que fundamentaram a necessidade temporária de excepcional interesse público;** g) quanto à contratação de pessoas físicas por dispensa de licitação, os investigados não juntaram o processo administrativo que originou a dispensa, nem os atos administrativos que fundamentaram as contratações;

10. A Corte concluiu que as condutas foram graves o suficiente para macular a normalidade e a legitimidade do pleito, tanto sob o aspecto qualitativo, quanto sob o aspecto quantitativo.

11. A análise da gravidade sob o aspecto quantitativo não exige a demonstração de que o resultado da eleição teria sido alterado, exigência afastada expressamente pelo art. 22, inciso XVI, da LC nº 64/90. O que se analisa é a dimensão do impacto da conduta ilícita no ambiente eleitoral concreto, e, nesse ponto, é inegável que a contratação de mais de três mil pessoas — sem respaldo legal e em pleno ano eleitoral — comprometeu de forma severa a normalidade e a legitimidade das eleições

12. Sob o aspecto qualitativo, a Corte considerou graves as contratações irregulares de mais de 2.300 temporários, sem a indicação da lei autorizativa e sem a demonstração da necessidade temporária de excepcional interesse público exigida pela Constituição Federal.

12.1. A Corte também considerou grave a emissão de mais de 9 mil notas de empenho, para 1.037 pessoas físicas, para prestar serviços de limpeza, administração e enfermagem,

contratadas por meio de dispensa de licitação, sem qualquer justificativa para as contratações.

13. Sob o aspecto quantitativo, o número de contratações temporárias em Cametá saltou de 997, em julho de 2023, para 2.327, em julho de 2024 — um aumento superior a 130%, exatamente no ano da eleição. Esse crescimento abrupto, destoante dos padrões dos anos anteriores, evidencia que não se trata de uma política continuada de reforço da força de trabalho, mas de uma medida excepcional e oportunista, concentrada no contexto eleitoral.

13.1. Paralelamente, a prefeitura emitiu, apenas em 2024, mais de 9 mil notas de empenho para contratar diretamente 1.037 pessoas físicas, por meio de dispensa de licitação. Essa prática revela o grau de mobilização da máquina pública para beneficiar financeiramente milhares de cidadãos durante o período eleitoral, sem qualquer justificativa plausível por parte dos investigados. Também ficou demonstrado que a folha de pessoal saltou de de R\$ 2.433.645,35, em julho de 2023, para R\$ 5.732.450,26, em julho de 2024 — incremento superior a 130% em apenas um ano. Nesse número, nem puderem ser consideradas as contratações realizadas por meio de dispensa de licitação, já que, por ter classificação orçamentária diversa, não são contabilizadas na folha de pessoal.

13.2. O contraste entre o acréscimo na folha de pessoal — que supera três milhões de reais — e o limite legal de gastos de campanha é evidente, sobretudo porque esse montante não abrange as despesas relativas às mais de mil contratações diretas efetuadas por dispensa de licitação. Essas contratações foram executadas mediante nota de empenho e classificadas como despesas correntes, pelo que não constam da folha regular de pagamento.

IV. DISPOSITIVO E TESE

14. Recurso conhecido e provido para reformar a sentença e julgar procedente a ação de investigação judicial eleitoral.

15. Determinada a cassação dos diplomas do prefeito e vice-prefeito do Município de Cametá/PA, com realização de novas eleições.

16. Aplicada a sanção de inelegibilidade ao prefeito, por ser o único com poderes para efetivar as contratações ilegais.

17. Decisão com execução imediata, independentemente da publicação do acórdão.

Tese de julgamento: **“A contratação excessiva e irregular de servidores temporários e pessoas físicas por dispensa de licitação, em ano eleitoral, sem demonstração de necessidade excepcional e em volume significativamente superior aos anos anteriores, configura abuso de poder político entrelaçado com abuso de poder econômico, o que enseja a cassação dos diplomas e a inelegibilidade do responsável.”**

Contra o referido acórdão, os reclamantes opuseram embargos de declaração (eDoc. 6 - fl. 674/702) e juntaram documentação. Transcrevo as alegações dos embargos:

“4. Cuidam os autos de duas investigações judiciais eleitorais (AIJE 0600527-28.2024.6.14.0012 e 0600531-65.2024.6.14.0012) que foram julgadas conjuntamente em primeira instância, por reconhecida conexão, eis que tratam do mesmo fato, qual seja: um suposto aumento de contratações no ano de 2024 seja de servidores temporários, seja do que chama de prestadores de serviços. Em suma, a coluna vertebral das ações, julgadas em conjunto, seria o aumento de contratações no ano eleitoral. **Ocorre que isso não aconteceu.** O ponto omissos dos presentes embargos também tem uma coluna vertebral: **os fatos que levam a condenação NÃO ocorreram e,**

portanto, a integração dos presentes embargos leva à efeitos infringentes e à consequente improcedência das AIJEs.

5. O que ocorreu: o autor levou esta c. Corte a erro, data vênua. Como se poderá ver pelas razões abaixo e pelos documentos estruturados anexos [embora esse fosse ônus do embargado], **o autor planilhou os números como bem quis, sem suporte documental e não considerou o que é fundamental para se chegar à conclusão correta sobre o número de contratados: os nomes das pessoas que estavam e que saíram da administração municipal. Não basta planilhar os números, faz-se necessário analisar os nomes. E as pessoas que estavam contratadas na administração municipal – seja a que título for – desde 2021 até 2024 são basicamente AS MESMAS. A variação é irrelevante para um município do porte de Cametá.**

6. Antes mesmo de apontar as omissões que levam aos efeitos infringentes, em atenção à absoluta boa-fé do embargante, vamos aos fatos que deixam absolutamente claro que **NÃO HOUVE** aumento de contratações no ano eleitoral e, portanto, ao equívoco da narrativa numérica do autor acolhida pelo acórdão. Relativamente à primeira AIJE: o número de contratados temporários de 2023 para 2024 teve variação de 493 pessoas ao longo de 9 meses [dez/23 a ago/24]. Praticamente irrelevante para um município de 134 mil habitantes: em dezembro de 2023 eram 3166 contratados e em julho de 2024 eram 3637:

(...)

7. Com relação à segunda AIJE o equívoco em relação à análise do fato é ainda mais grave: o autor da ação – e levado à erro o acórdão – **somou as notas de empenho por mês,**

incluindo o décimo terceiro e as vantagens remuneratórias para chegar ao chamativo número de 9 mil. Mas, na verdade, o número de servidores contratados por contrato administrativo diminuiu drasticamente no ano da eleição: saiu de 2105 pessoas, em 2021 para 928 pessoas em 2024. A seguir a linha argumentativa do embargado, o impacto para o embargante seria a perda de votos. Senão vejamos os números reais de contratados:

(...)

13. Essas questões levam às TRÊS OMISSÕES que, caso supridas, modificam os pressupostos do acórdão com a consequente modificação do resultado do julgamento:

a. PRIMEIRA OMISSÃO: análise da relação nominal dos contratados para se concluir sobre o seu efetivo aumento. O ônus de conectar os números apresentados na inicial era do autor ou do próprio juízo (art. 23 da LC 64/90); contudo, não foi produzida prova documental essencial (mesmo de ofício, oficiando o Município) e não se pode imputar ao réu sua ausência ou condená-lo sem sua presença. A distribuição dos ônus da prova levaria à improcedência e/ou, nos termos do art. 270 do Código Eleitoral permite-se a juntada da prova, na instância ordinária, que demonstra o equívoco da narrativa fática que dá suporte à condenação.

b. SEGUNDA OMISSÃO: ERRO DE FATO - análise dos contratados nome a nome revela que o quantitativo de servidores no ano eleitoral teve aumento mínimo no ano eleitoral e que os prestadores de serviços foram reduzidos, de modo que a conclusão do acórdão não se sustenta não apenas por ausência de ilícito, mas também por ausência de gravidade; conclusão sobre valores exigiria extensa análise de contexto que seria ônus do autor e não se pode presumir, mas, em benefício da verdade real, traz-se aos autos.

c. TERCEIRA OMISSÃO: o tipo de vínculo que os servidores estabelecem com a Administração Pública é o mesmo desde 2021 e nada tem a ver com o processo eleitoral. Assim como a forma de pagamento que não foi alterada desde 2021, tratando-se de operação contábil que nada tem a ver com o processo eleitoral; de modo que seu acerto ou desacerto não compete à justiça eleitoral, data vênia;”

O TRE-PA rejeitou os embargos de declaração nos seguintes termos (eDoc. 7 - fls. 37/94):

“ELEIÇÕES 2024. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. AIJE. CASSAÇÃO DOS DIPLOMAS DE PREFEITO E VICE-PREFEITO. ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO. CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS EM ANO ELEITORAL. CONHECIMENTO E REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. DESCABIMENTO DE REEXAME DO MÉRITO. JUNTADA EXTEMPORÂNEA DE DOCUMENTOS. FINALIDADE PROTELATÓRIA.

I. CASO EM EXAME

1.1. Trata-se de Ação de Investigação Judicial Eleitoral julgada procedente em sede recursal, com cassação dos mandatos de Prefeito e Vice-Prefeito do município de Cametá/PA, por abuso de poder político e econômico.

1.2. Embargos de declaração opostos pelos investigados, com pedido de efeitos modificativos, sob alegação de omissões no acórdão quanto à análise das provas, da legalidade das contratações e da correta distribuição do ônus probatório.

1.3. Nas contrarrazões aos embargos, foi suscitada a preliminar de inadmissibilidade do recurso, sob o argumento de que haveria apenas inconformismo com o resultado do julgamento.

1.4. A Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo conhecimento e rejeição dos embargos.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

2.1. Há quatro questões em discussão: (i) se os embargos podem ser conhecidos, diante da alegação de que não apontam omissão ou erro material; (ii) saber se é admissível a juntada de documentos com os embargos de declaração e se houve omissão quanto à distribuição do ônus da prova; (iii) saber se o acórdão incorreu em erro de fato por ausência de análise nominal das contratações; e (iv) saber se houve omissão na análise da regularidade dos vínculos contratuais entre a Administração e os colaboradores.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3.1. A preliminar de inadmissibilidade dos embargos confunde-se com o mérito, uma vez que a análise das alegadas omissões e do suposto erro fático demanda o exame das próprias razões recursais, pelo que deve ser apreciada em conjunto com o mérito.

3.2. A tentativa de juntada de documentos novos com os embargos de declaração viola os arts. 434 e 435 do CPC, sendo vedada a juntada de provas preexistentes após encerrada a fase instrutória. A jurisprudência do TSE veda tal prática, salvo prova de justa causa, o que não foi demonstrado no presente caso, razão pela qual os documentos devem ser desentranhados dos autos.

3.3. Inexiste omissão quanto à distribuição do ônus da prova, uma vez que os embargantes não impugnaram tempestivamente os dados apresentados, tendo inclusive admitido os números apresentados, com a tentativa de justificá-los quanto à regularidade das contratações efetuadas.

3.4. A alegação de erro de fato por não ter sido realizada

a análise nominal das contratações constitui inovação de tese não deduzida oportunamente, o que afronta o art. 341 do CPC e se encontra alcançada pelo fenômeno da preclusão.

3.5. Não houve omissão quanto à legalidade dos vínculos contratuais, pois o acórdão embargado enfrentou expressamente a questão da finalidade abusiva das contratações em ano eleitoral.

3.6. Os embargos opostos configuram tentativa indevida de reabrir discussão meritória e, portanto, não podem ser acolhidos ou receber efeitos modificativos.

IV. DISPOSITIVO E TESE

4.1. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados. Determinado o desentranhamento dos documentos juntados com os embargos.

4.2. Tese de julgamento: **“É incabível a juntada de documentos preexistentes com embargos de declaração, quando não demonstrada justa causa para sua não apresentação anterior.** Não configuram omissões ou erros de fato as alegações que visam apenas rediscutir matéria já apreciada e decidida pelo acórdão embargado”.

A Corte Regional também não apreciou os documentos juntados pelos ora reclamantes, conforme consta de forma expressa na fundamentação do voto vencedor do referido acórdão (eDoc. 7 - fl. 43/48):

“2.1. Da distribuição do ônus da prova e da inadmissão de documentos em sede de embargos de declaração.

(...)

Apesar do esforço argumentativo, não é possível superar o instituto da preclusão temporal no presente caso. Os embargantes tiveram ampla oportunidade para apresentar os

documentos que agora afirmam ser decisivos, tanto na fase de contestação quanto nas contrarrazões ao recurso eleitoral. A tentativa de juntada extemporânea desses documentos, sob o pretexto de suprir omissões, desvirtua a finalidade dos embargos de declaração, que é integrativa, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil (CPC).

Na contestação (ID 21738671 e anexos), não consta nenhum dos documentos ora apresentados. Naquele momento, foram juntadas apenas tabelas relativas a férias e licença para atividade política. Posteriormente, mesmo devidamente intimados para se manifestar em contrarrazões, os embargantes permaneceram inertes. A omissão contribuiu para a consolidação da situação fática já analisada.

É inequívoco que os documentos trazidos com os embargos não podem ser admitidos. Trata-se de elementos já existentes à época das manifestações anteriores, sem caracterizar “documentos novos” nos termos do art. 435 do CPC. Não há, tampouco, justificativa plausível para sua não apresentação no momento adequado. Assim, não cabe seu conhecimento nesta fase, uma vez que o contraditório foi exaurido nas etapas ordinárias do processo.

(...)

Não há, portanto, como relativizar a preclusão com base na busca da verdade real. Os embargantes foram intimados dos atos processuais e deixaram de apresentar os documentos tempestivamente. Tampouco se verifica omissão no acórdão, que, especialmente em seu voto vencedor, analisou o conjunto probatório e concluiu pela ilicitude da conduta imputada aos embargantes. As provas apresentadas foram consideradas suficientes e não foram devidamente contestadas.

A tentativa de agora impugnar os dados apresentados pelo autor, sob o argumento de falsidade ou imprecisão,

representa inovação indevida. Esses documentos são públicos e notórios, segundo os próprios embargantes, o que reforça ainda mais a preclusão. Se eram de conhecimento prévio, deveriam ter sido juntados em momento oportuno.

Por esse motivo, não há como considerar que a admissão de documentação flagrantemente extemporânea encontra amparo no art. 23 da Lei Complementar nº 64/90.

(...)

Assim, a alegação veiculada nos embargos de declaração, no sentido de que os dados seriam falsos ou imprecisos, configura inovação de tese fático-jurídica, absolutamente incabível nesta via recursal. Não se trata de omissão, mas de tentativa de reabrir o mérito da controvérsia sob nova roupagem, após o julgamento desfavorável, o que é vedado segundo reiterada jurisprudência do TSE.

Por essa razão, **indefiro o pedido de juntada dos documentos juntados com a oposição dos embargos de declaração**, os quais devem ser desentranhados dos presentes autos, quais sejam: 1) os documentos de IDs 21885117 a 21885588 e de IDs 21885660 a 21885661 dos autos 0600527-28.2024.6.14.0012; 2) os documentos de IDs 21885595 a 21885619 e de IDs 21885656 a 21885657 dos autos 0600531-65.2024.6.14.0012.

(...)

2.2. Erro de fato pela ausência de análise de cada um dos nomes dos servidores e terceirizados contratados

(...)

A negativa do fato ou da materialidade quanto à contratação de temporários também consiste em nova tese trazida pelos investigados ao processo por ocasião da oposição dos embargos de declaração e não deve ser admitida, pois

caracterizaria violação franca ao art. 341 do Código de Processo Civil, segundo o qual o réu possui o ônus da impugnação especificada dos fatos apresentados pelo autor. No caso em análise, entretanto, não houve confissão ficta, mas admissão real das contratações por parte dos investigados.

Outrossim, também **não houve requerimento de especificação de provas por parte dos investigados durante a fase de conhecimento**, embora tenha havido o indeferimento da produção da prova testemunhal requerida pelo autor, conforme decisão de ID 21738734, a qual também deu por encerrada a instrução processual e decidiu pela aplicação do julgamento antecipado da lide, decisão essa que não foi objeto de qualquer insurgência por nenhuma das partes. Em situação semelhante, esta corte já teve oportunidade de se manifestar quanto à preclusão do pedido de dilação probatória, ausência de prejuízo ao contraditório e ampla defesa e não configuração da decisão surpresa.

(...)

A afirmação de que o aumento se deu por razões técnicas, como a aplicação do piso da enfermagem ou a inauguração de equipamentos públicos, carece de comprovação concreta e individualizada. Nenhum documento apresentado pelos embargantes durante o período de instrução probatória comprova que tais eventos justificaram a admissão massiva de servidores temporários ou que houve incremento estrutural ou funcional na administração pública capaz de fundamentar esse volume de contratações. As justificativas apresentadas se limitam a suposições genéricas e, por isso, não afastam a presunção de desvio de finalidade eleitoral.

(...)

2.3. Manifestação sobre a licitude do vínculo mantido entre a Administração e os colaboradores contratados, que

seria o mesmo desde 2021.

(...)

É irrelevante, para fins eleitorais, o fato de os vínculos mantidos pelos servidores temporários serem juridicamente semelhantes aos praticados desde 2021, caso se comprove que, no ano eleitoral, esses mesmos instrumentos foram utilizados de forma abusiva e desproporcional com o objetivo de beneficiar candidatura específica.

(...)

Pelo exposto, no mesmo sentido da Procuradoria Regional Eleitoral, VOTO pelo CONHECIMENTO e pela REJEIÇÃO dos embargos de declaração, inclusive para fins de prequestionamento, nos termos da fundamentação. Além disso, em razão da manifesta preclusão, **devem ser desentranhados os documentos juntados com a oposição dos embargos de declaração**, quais sejam: 1) os documentos de IDs 21885117 a 21885588 e de IDs 21885660 a 21885661 dos autos 0600527-28.2024.6.14.0012; 2) os documentos de IDs 21885595 a 21885619 e de IDs 21885656 a 21885657 dos autos 0600531-65.2024.6.14.0012.”

No julgamento dos embargos de declaração, houve voto vogal divergente cuja transcrição é oportuna (eDoc. 14 - 18/22):

“DAS PROVAS APRESENTADAS PELOS AUTORES/RECORRIDOS

Destaco, contudo, que independente da documentação apresentada com os embargos, **as provas que instrumentalizaram as AIJEs são insuficientes para decreto condenatório**, indicando premissas fáticas equivocadas que acabaram por ser levadas a julgamento. Destaco que a adoção de tais premissas equivocadas, por si só, autoriza o manejo dos

embargos declaratórios, ao teor do artigo 1.022, III do novo CPC.

Dentre as premissas que entendo equivocadas está especialmente a de que o quantitativo de temporários do Município de Cametá saltou de 789 em jul/2022 para 2.327 em jul/2024, o que corresponde a um aumento de quase 300% no ano eleitoral. Afirmou-se, ainda que teria havido a contratação de mais de 2.300 temporários no ano de 2024.

Tal premissa se revela equivocada porque: a) o dito aumento de 300% não ocorreu no ano eleitoral, mas entre os exercícios de 2022, 2023 e 2024; b) Não houve contratação de 2.300 temporários em 2024, tratando-se tal número de uma soma, um agregado de todos os anos anteriores e; c) o número indicado não aponta nenhum distrato ou demissão, que certamente impactam o quantitativo efetivo de servidores.

O mesmo ocorre com os dados de aumento de folha de pessoal, os quais são permanente crescente, como se a todo momento houvesse exclusivamente novos ingressos de pessoas na folha de pessoal sem nenhuma substituição.

Ainda no julgamento original desta ação tive a oportunidade de acompanhar o voto do relator e apontar, em sessão, diversos equívocos cometidos na confecção das planilhas. Veja-se o exemplo da planilha de id. 21738650, da qual colaciono alguns prints:

A tabela em questão fora usada pela parte autora, ora embargada, para fundamentar a alegação de contratação de 2.300 temporários. **Todavia, por mera amostragem, verifica-se que existem diversos nomes em que se aponta até cinco vezes na planilha, repetindo-se para cada um a mesma data de contratação e por vezes a mesma matrícula e salário.**

Tal documento não apresenta qualquer timbre, certificação oficial ou elemento que assegure a veracidade de

seus dados. **Ademais, repete várias vezes o mesmo nome em diversas passagens, impactando o número de maneira evidente e o tornando pouco confiável.**

Leve-se em conta, ainda, quanto as contratações de prestadores de serviço, que as mesmas reconhecidamente ocorreram com desde 2021, com base em processo daquele ano, sem qualquer notícia de aumento ou intensificação em ano eleitoral, o que esvazia por completo a alegação.

Por fim, rememore-se que a eleição fora vencida com o eleito tendo uma votação de 49.987 (quarenta e nove mil novecentos e oitenta e sete) votos, enquanto o segundo colocado teve 27.986 (vinte e sete mil novecentos e oitenta e seis) votos, totalizando 22.001 votos de diferença. Tamaña distância na votação torna pouco crível a tese de que o cenário delineado na exordial teve impacto efetivo sobre a eleição.

Destaco que a petição de embargos declaratórios veio a refutar os números e prestar esclarecimentos a respeito das flutuações de pessoal. Chama atenção o fato de que, em sede de contrarrazões, limitou-se a parte contrária a aduzir o não cabimento dos declaratórios e impugnar juntada de documentos, sem rebater os esclarecimentos ou demonstrar elementos que venha a ratificar os quadros e gráficos apresentados na inicial os quais, repita-se, possuem graves erros.

É regra processual básica que cabe ao autor comprovar os fatos constitutivos de seu direito, enquanto que ao réu cumpre demonstrar fatos impeditivos, extintivos ou modificativos do direito pleiteado.

No caso presente, não houve sequer instrução processual, de modo que, até mesmo, seria o caso de determinar retorno dos autos ao primeiro grau para fins de instrução e apuração dos números apresentados.

O embargado, na condição de autor da ação, não comprovou os fatos constitutivos do seu direito. Digo isso pela falta de confiabilidade dos números apresentados, pelos erros de planilha e por se tratarem de documentos não oficiais, de modo que os razoáveis questionamentos apresentados – que não foram esclarecidos – impedem seu uso para fins condenatórios.

Acaso existisse dúvida com relação aos números, já caberia a improcedência dos pedidos, pela aplicação do princípio *in dubio pro sufrágio*. No caso presente, o erro nos números apresentados na inicial está até mesmo acima de dúvida, posto que objetivamente inadequados aos documentos que a própria parte autora apresenta, ante a multiplicidade de nomes repetidos na planilha.

Assim, a falta de qualquer instrução processual que demonstre a veracidade dos números apresentados na inicial retira qualquer possibilidade de manutenção do decreto condenatório, de modo que o mais adequado seria instruir o feito em primeiro grau.

Pelo exposto, com a devida vênia ao voto do MM. Relator, e por entender que o julgamento baseou-se em premissas fáticas equivocadas, voto pelo acolhimento dos embargos declaratórios para integrar o julgar original e, com excepcional efeito modificativo, alterar suas conclusões, negar provimento aos recursos eleitorais de modo a manter a sentença de desprovimento das AIJEs, na forma da lei e da fundamentação aqui adotada.”

Posteriormente, o Eminentíssimo Ministro André Mendonça deferiu a liminar para suspender os efeitos do acórdão condenatório do TRE-PA, conforme fundamentos a seguir (eDoc. 8 - fls. 237/243):

“11.2. Afinal, colhe-se, neste exame preliminar, que: (i) a sentença proferida foi de improcedência dos pedidos formulados, rememorando-se, nesse ponto, que o juiz eleitoral está naturalmente mais próximo dos fatos narrados; (ii) o voto do relator, na Corte Regional, foi de manutenção integral do juízo de improcedência e, para tanto, destacou que "o recorrente não trouxe provas concretas de que as contratações impactaram a igualdade entre os candidatos. O simples fato de haver aumento na folha de pagamento municipal não caracteriza, por si só, abuso de poder" (ID 163902659, p. 19), o que ressaltou justamente diante da imprescindibilidade, na linha da jurisprudência desta Corte Superior, de demonstração do elemento gravidade, tanto quantitativa como qualitativa, para a própria configuração do abuso de poder; e (iii) houve a prolação de outro voto no mesmo sentido, tendo a condenação sido imposta por maioria de votos.

11.3. Estabelecido esse quadro, tem-se que o cotejo entre os votos vencidos e a corrente majoritária formada no colegiado recorrido poderá, eventualmente, descortinar a possibilidade de aproveitamento dos elementos fáticos trazidos notadamente pelo relator originário, se ausente premissas inconciliáveis com as do voto condutor, viabilizando a prolação de decisão sem a incidência do óbice da Súmula no 24 do TSE, que veda o reexame de fatos e provas nesta instância, e que foi o fundamento adotado pelo presidente da Corte Regional para inadmitir o processamento do recurso especial eleitoral.

(...)

12. Ante o exposto e em sede de juízo efêmero, defiro o pedido de suspensão liminar dos efeitos do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará no julgamento conjunto dos RE no s 0600531-65.2024 e 0600527-28.2024, assegurando o exercício pelos ora requerentes dos cargos

eletivos de prefeito e de vice-prefeito do Município de Cametá/PA, até ulterior decisão a ser prolatada no agravo em recurso especial eleitoral correlato, se por outra razão jurídica não estiverem igualmente afastados.”

Porém, o Ministro André Mendonça revogou a tutela de urgência anteriormente concedida e negou seguimento aos agravos em recurso especial eleitoral interpostos pelos reclamantes (eDoc. 15 - fls. 2/26). Transcrevo a ementa da referida decisão monocrática:

“ELEIÇÕES 2024. JULGAMENTO CONJUNTO. AGRAVOS EM RECURSOS ESPECIAIS ELEITORAIS. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE). PREFEITO E VICE. ABUSO DOS PODERES POLÍTICO E ECONÔMICO. CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS EM ANO ELEITORAL SEM RESPALDO LEGAL. ILÍCITO CONFIGURADO. GRAVIDADE. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE NA INSTÂNCIA ESPECIAL. INAPLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. ACÓRDÃO REGIONAL ALINHADO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL SUPERIOR. SÚMULAS-TSE Nºs 24 E 30. NEGATIVA DE SEGUIMENTO.”

Conforme relatado, os reclamantes alegam que a condenação teria violado a autoridade da decisão proferida na ADI 1082/DF, na qual o STF assim decidiu:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. 2. LEI COMPLEMENTAR N. 64, DE 18/5/1990, ARTS. 7., PARAGRAFO ÚNICO, E 23. ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DAS EXPRESSÕES "AINDA QUE NÃO ALEGADOS PELAS PARTES" CONSTANTES DO

PARAGRAFO ÚNICO DO ART. 7., E DAS EXPRESSÕES "PUBLICOS E NOTORIOS, DOS INDICIOS E PRESUNÇÕES E (...) ATENTANDO PARA CIRCUNSTANCIAS OU FATOS QUE NÃO INDICADOS OU ALEGADOS PELAS PARTES", INSERTAS NO ART. 23. POSIÇÃO DO JUIZ NO PROCESSO. PARTICIPAÇÃO DO JUIZ NO PROCESSO ELEITORAL. 4. MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA."

No referido precedente, esta Corte declarou a constitucionalidade do art. 7º, parágrafo único, e 23 da Lei Complementar nº 64/1990, a seguir transcritos:

"Art. 7º Encerrado o prazo para alegações, os autos serão conclusos ao Juiz, ou ao Relator, no dia imediato, para sentença ou julgamento pelo Tribunal.

Parágrafo único. O Juiz, ou Tribunal, formará sua convicção pela livre apreciação da prova, atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, mencionando, na decisão, os que motivaram seu convencimento.

(...)

Art. 23. O Tribunal formará sua convicção pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções e prova produzida, **atentando para circunstâncias ou fatos**, ainda que não indicados ou alegados pelas partes, **mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral.**"

Os fundamentos do voto vencedor da ADI 1082 foram os seguintes:

"Considerada a existência de relação direta entre o exercício da atividade probatória e a qualidade da tutela jurisdicional, a finalidade de produção de provas de ofício pelo

magistrado é possibilitar a elucidação de fatos imprescindíveis para a formação da convicção necessária ao julgamento do mérito.

(...) não se espera mais do magistrado uma atitude passiva, inerte, porquanto imparcialidade não se confunde com indiferença. Abriu-se caminho para que possa suprir a deficiência da instrução. Da constatação da natureza pública da relação jurídico-processual e da busca da verdade real decorre a exigência de prática de atos voltados a viabilizar a formação da certeza jurídica e da tranquilidade necessárias ao julgamento do mérito.

(...) a abertura de oportunidade para as partes contraditarem os elementos obtidos a partir da iniciativa estatal. São a indispensabilidade de motivação e submissão ao contraditório, nesse caso, os fatores a afastarem o risco de parcialidade e a viabilizarem o controle, a conduzir a eventual reforma ou à detecção de nulidade do ato judicial.

Nesta ação direta, está envolvido processo eleitoral, a direcionar a direitos e **interesses indisponíveis**, de **ordem pública**. Por mais que se tenha buscado assentar a completa separação entre o direito de ação e o material pleiteado em juízo, revela-se inegável a influência exercida pelo objeto da causa no próprio transcorrer do processo. Em direitos de ordem pública, quando a possibilidade de transação, disponibilidade e decretação da revelia é eliminada ou reduzida, apenas para exemplificar, **mostra-se evidente o maior interesse do Estado na reconstituição dos fatos.**

Em síntese, o dever-poder conferido ao magistrado para apreciar os fatos públicos e notórios, os indícios e presunções por ocasião do julgamento da causa não contraria as demais disposições constitucionais apontadas como violadas. A possibilidade de o juiz formular presunções mediante raciocínios indutivos feitos a partir da prova indiciária, de fatos

publicamente conhecidos ou das regras da experiência não afronta o devido processo legal, porquanto as premissas da decisão devem vir estampadas no pronunciamento, o qual está sujeito aos recursos inerentes à legislação processual.

Ante o quadro, voto pela improcedência do pedido formulado na ação direta.”

A Corte decidiu que o processo eleitoral envolve direitos e interesses **indisponíveis** e que, por isso, o magistrado **não pode se limitar à iniciativa probatória das partes**, sob pena de comprometer a própria soberania popular (CF, art. 1º, parágrafo único). Havendo déficit de informação, ainda que por iniciativa insuficiente das partes, o dever constitucional é sanear o feito, fixar pontos controvertidos e converter o processo em diligência, assegurando contraditório substancial e evitando que incerteza fática vire certeza jurídica em decisões de alto impacto democrático (cassação/inelegibilidade).

Mesmo diante de fatos controvertidos, o Juízo de 1º grau tratou a causa como matéria exclusivamente de direito. Aqui parece residir um equívoco.

Conforme lição de José Joaquim Calmon de Passos, “*Questão exclusivamente de direito é aquela em que, **não havendo controvérsia sobre os fatos**, a divergência surge apenas quanto às **conseqüências jurídicas do fato**”¹. O processualista adverte:*

“E só na hipótese de haver admissibilidade expressa ou tácita, pelo autor, dos fatos do réu, constitutivos de sua exceção ou objeção, é que se fará viável o juízo”

¹ CALMON DE PASSOS, J. J., *Comentários ao Código de Processo Civil* (LGL\1973\5), vol. III, Rio, Forense, 1974, p. 421-422.

antecipado da lide. (...). Controvertidos sejam os fatos do réu, ainda quando não o sejam os do autor, a exigência da instrução se impõe, como se importaria se controvertidos fossem os fatos do autor".²

Acerca do tema, Ada Pellegrini Grinover defende que *“retirar do réu a possibilidade de produzir suas provas, quando a completa formação do convencimento do juiz depende dessas provas, corresponde à aniquilação das garantias constitucionais do processo”*. Por isso, *“se o julgamento antecipado da lide for pronunciado além de seus limites de cabimento, o juízo de mérito infringirá não apenas o CPC (LGL\1973\5) (art. 330, que excepciona ao art. 331), mas a própria Constituição, que tutela o direito de ação e seu conteúdo: o direito ao processo”*.³

Na mesma linha, Fredie Didier Jr. ensina que o julgamento antecipado de mérito é *“uma técnica de **abreviamento do processo** (...), pois o magistrado, diante da peculiaridade da causa, encurta o procedimento, dispensando a realização de toda uma fase de instrução”*⁴. O processualista ressalva que *“Essa possibilidade de abreviação do procedimento deve ser utilizada com cautela e parcimônia, não só porque pode implicar restrição ao direito à prova, mas também porque, **sem audiência de instrução de julgamento, podem os autos subir ao tribunal, em grau de recurso, com insuficiente conjunto probatório**”*⁵.

É pacífico que reanálise de fatos e provas é incabível em reclamação.

² CALMON DE PASSOS, J. J., *Comentários ao Código de Processo Civil* (LGL\1973\5), vol. III, Rio, Forense, 1974, p. 421-422.

³ GRINOVER, Ada Pellegrini. *O julgamento antecipado da lide: enfoque constitucional*. Revista de Processo, v.2, n.5, p.101-113, jan./mar. 1977.

⁴ DIDIER JR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil: Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento*. Vol. 1. 26ª ed. Editora Juspodivm, 2024, p. 865.

⁵ DIDIER JR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil: Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento*. Vol. 1. 26ª ed. Editora Juspodivm, 2024, p. 866.

Contudo, ela não é necessária. As premissas fáticas expressas no acórdão do TRE-PA são suficientes para, em um exame inicial, assentar que **os fatos eram controvertidos**.

Numa **análise preliminar**, verifico que o acórdão do TRE-PA parece afrontar a ADI 1082, na qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu que o juiz eleitoral tem **dever funcional** de exercer um poder-dever instrutório, sempre que a prova produzida pelas partes se revelar **insuficiente** para a adequada reconstrução dos fatos.

Estão demonstrados o perigo da demora e a plausibilidade jurídica do direito invocado pelos reclamantes.

O *fumus boni juris* decorre da aderência entre o ato impugnado e o precedente vinculante da ADI 1082, na qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu o dever funcional do juiz eleitoral de suprir omissões probatórias relevantes e buscar a verdade real no processo eleitoral.

O *periculum in mora*, por sua vez, consiste no fato de que a manutenção dos efeitos dos acórdãos reclamados acarreta lesão imediata à soberania popular e à legitimidade do processo democrático, fundamentos centrais da ADI 1082. **A execução da decisão impugnada antes da análise definitiva desta reclamação implicaria no afastamento de representantes eleitos, com possível produção de resultado incompatível com a vontade popular.**

Em matéria eleitoral impõe-se a máxima cautela em situações nas quais ainda não está claro o suporte fático, implicando verossimilhança na presente reclamação.

Ante o exposto, **DEFIRO A MEDIDA LIMINAR**, para **SUSPENDER**, até o julgamento final desta reclamação, **todos os efeitos**

RCL 85535 / PA

dos acórdãos proferidos no julgamento dos **Recursos Eleitorais nº 0600527-28.2024.6.14.0012** e **nº 0600531-65.2024.6.14.0012**, em todas as Instâncias, bem como de quaisquer atos subsequentes, inclusive a cassação dos diplomas dos reclamantes, inelegibilidade aplicada, a realização de novas eleições ou quaisquer providências administrativas tendentes a sua convocação e atos de diplomação e posse de eventuais substitutos decorrentes dos acórdãos ora suspensos.

Assegure-se aos reclamantes o pleno exercício dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Cametá/PA, **salvo se afastados por fundamento diverso e autônomo ao aqui impugnado.**

Oficie-se, com urgência, ao Eminentíssimo Ministro Relator do feito no TSE, ao Desembargador Relator no TRE/PA, ao Juízo da 12ª Zona Eleitoral de Cametá/PA e à Câmara Municipal de Cametá/PA, para **imediate cumprimento**.

Requisitem-se informações à autoridade reclamada, nos termos do art. 989, I, do CPC, no prazo de 10 (dez) dias.

Cite-se o beneficiário do ato impugnado (autor das AIJEs na origem) para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias (art. 989, III, do CPC).

Publique-se.

Brasília, 12 de outubro de 2025.

Ministro FLÁVIO DINO

Relator

Documento assinado digitalmente